



Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária Janaína Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-476-4

DOI 10.22533/at.ed.764200810

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo do espaço sempre envolve a coletividade, por mais privado que seja um espaço ele pode servir a mais de um indivíduo, também podemos pensar nos grandes espaços, abertos públicos. Discutir o uso, a apropriação, o destino que a ele se dá é necessário, pois não podemos pensar em apenas descartar ou esquecer o que já foi gerado, um vez que o impacto de atitudes assim já pode ser sentida na nossa sociedade, onde se percebe a finitude dos recursos, que a responsabilidade sobre o uso consciente do espaço é obrigatória. Além do impacto ambiental devemos discutir também o impacto social, histórico. A permanência ou não de edificações, sua relevância e significação.

Este livro aborda, sobre diferentes aspectos, o espaço. Traz-se discussões sobre a fragilidade socioespacial e ambiental de determinadas regiões e como tratar disso, aborda também a humanização dos espaços, entendendo o mesmo muito além de um espaço construído, mas sim da melhor forma que ele pode se apresentar e valorizar o ser social e humano. A discussão se volta para uma questão técnica: a acessibilidade, sua fragilidade e como não se pode dispensá-la. Os artigos seguintes abordam questões referentes a conjuntos já edificados, como são compreendidos e como devem ser tratados.

O tema amplia a escala e passa a tratar de espaços urbanos maiores, apresenta a resposta a uma oficina participativa e as relações complexas e atuais do porto de Paranaguá-PR. O patrimônio vira o foco dos artigos seguintes que abordam a morfologia dos espaços germinais, o patrimônio industrial, as vilas de operários, o patrimônio imaterial, a descaracterização de locais de origem de Roraima e finaliza com o acervo da Câmara dos Deputados.

Todos os temas, tão caros à nossa sociedade, que precisa voltar os olhos para essas questões, cotidianas, mas que não podem ser deixadas à margem, devem ser amplamente debatidas para a formação de espaços de qualidade para uso da sociedade.

Boa leitura e boas reflexões!

Jeanine Mafrá Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL A PARTIR DE TÉCNICAS PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

Vera Santana Luz

DOI 10.22533/at.ed.7642008101

CAPÍTULO 2..... 25

SUSTENTABILIDADE E HUMANIZAÇÃO EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO

Mariana Irigoyen

Luciano Javier Monza Cachán

DOI 10.22533/at.ed.7642008102

CAPÍTULO 3..... 42

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS EM EDIFICAÇÃO ESCOLAR E PROPOSIÇÃO DE ADEQUAÇÕES COM BASE NA NBR 9050:2020 E NBR 16537:2016

Karla Alberini do Amaral

Hugo Sefrian Peinado

DOI 10.22533/at.ed.7642008103

CAPÍTULO 4..... 58

A FUNÇÃO RESIDENCIAL no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

João Pedro Soares Ferreira

Jonathan Trindade

Luiz Philipe Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7642008104

CAPÍTULO 5..... 72

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL (SHLS)

Aisha - Angèle Leandro Diéne

Bruna Pereira de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7642008105

CAPÍTULO 6..... 82

OFICINA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO URBANA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA PRAÇA

Larissa Leticia Andara Ramos

Ana Paula Rabello Lyra

Nayra Carolina Segal da Rocha

Raquel Corrêa Mesquita

Fernanda Roza Maranhão

Suzany Rangel Ramos

DOI 10.22533/at.ed.7642008106

CAPÍTULO 7.....	94
RELAÇÕES PORTO-CIDADE E O IMPERATIVO DA RESPONSABILIDADE: ANÁLISE DA ABORDAGEM DO PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANGUÁ	
Kellen Smak	
Sidney Reinaldo da Silva	
Rogério Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.7642008107	
CAPÍTULO 8.....	105
DA MORFOLOGIA URBANA AO RESTABELECIMENTO DE MARCOS CULTURAIS: ESTUDO APLICADO A UM NÚCLEO GERMINAL MUNICIPAL	
Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe	
Lorena Gaspar Santos	
Melissa Almeida Silva	
Rianny Silva dos Santos	
Walter Gomes Goiabeira Filho	
Wellington Jorge Cutrim Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.7642008108	
CAPÍTULO 9.....	115
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, AS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÀS CARTAS PATRIMONIAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7642008109	
CAPÍTULO 10.....	132
VILA ECONOMIZADORA: A MEMÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES	
Giovanna Lopes Barbosa	
Izamara Macedo Oliveira	
Marina Marques da Silva	
Thais Cristina Silva de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.76420081010	
CAPÍTULO 11.....	142
PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRACICABA	
Marcelo Cachioni	
Fernando Monteiro de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.76420081011	
CAPÍTULO 12.....	154
PORTO DO CIMENTO: O BERÇO DE BOA VISTA DESCARACTERIZADO PELA GESTÃO PÚBLICA – RORAIMA, BRASIL	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.76420081012	

CAPÍTULO 13.....	166
GERENCIAMENTO DE RISCO DOS ACERVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONGRESSO NACIONAL	
Gilcy Rodrigues Azevedo	
Juçara Quinteros de Farias	
Cláudia Fernandes Porto	
DOI 10.22533/at.ed.76420081013	
SOBRE A ORGANIZADORA	180
ÍNDICE REMISSIVO.....	181

CAPÍTULO 11

PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRACICABA

Data de aceite: 01/10/2020

Marcelo Cachioni

USP; DPH Ipplap

Fernando Monteiro de Camargo

Unifesp;

RESUMO: Patrimônio Imaterial da cidade de Piracicaba, a Festa do Divino Espírito Santo teve sua primeira realização há mais de 190 anos. Atualmente, é realizada na primeira quinzena do mês de julho, com a duração de uma semana, na qual é promovido um grande número de eventos religiosos, festivos e econômicos, como por exemplo: celebrações de derrubada e benção de barcos, celebrações das bandeiras, benção das casas, tríduo solene, procissões, jantares, leilões, salva de morteiros, festanças folclóricas (congada, cana verde, dança dos tangarás, cateretê), entre outras manifestações individuais e coletivas, já caracterizadas e reconhecidas como patrimônio imaterial municipal. Desde os primeiros registros que situam o culto ao Divino no início do século XIX, é possível perceber sua evolução e as mais variadas mudanças em sua programação no decorrer do tempo. Entretanto, um aspecto fundamental da festa que não se alterou é o lugar de sua realização: a Rua do Porto e o Rio Piracicaba. O lugar da festa e sua realização são indissociáveis. A paisagem cultural ali apresentada, apesar de todas as transformações ocorridas no conjunto edificado no decorrer dos anos ainda consegue manter-se

perfeitamente como cenário e palco próprio para as festividades.

PALAVRAS - CHAVE: Festa do Divino Espírito Santo; Piracicaba; Patrimônio Imaterial; Paisagem Cultural.

ABSTRACT: Intangible Heritage of the Piracicaba city, the Divino Espírito Santo Festivity had its first realization more than 190 years ago. Currently, it is held in the first half of the month of July, with the duration of a week, in which a large number of religious, festive and economic events are promoted, such as: celebrations of overturning and blessing of boats, celebrations of the flags, blessing of houses, solemn triduum, processions, dinners, auctions, mortar barracks, folkloric festivities (congada, cana verde, tangarás dance, cateretê), among other individual and collective manifestations, already characterized and recognized as municipal intangible heritage. From the first records that place the cult of the Divine at the beginning of the 19th century, it is possible to notice its evolution and the most varied changes in its programming over time. However, a fundamental aspect of the party that has not changed is the place where it takes place: Porto Street and Piracicaba River. The festivity's place and its performance are inseparable. The cultural landscape presented there, in spite of all the transformations that have taken place in the ensemble built over the years, still manages to remain perfectly the stage and the proper stage for the festivities.

KEYWORDS: Divino Espírito Santo Festivity; Piracicaba; Intangible Heritage; Cultural Landscape.

1 | INTRODUÇÃO

Durante várias décadas, predominaram no Brasil ações preservacionistas voltadas prioritariamente para o tombamento dos chamados 'bens de pedra e cal' (ABREU & CHAGAS, 2009). Com a aprovação do Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, entraram em vigor novas políticas de conservação e construção de acervos diversificados de expressão cultural que valorizam os bens de natureza imaterial. Este decreto instituiu o inventário e o registro dos bens culturais de natureza imaterial ou intangível no Brasil. O decreto seguiu a noção de patrimônio cultural que já estava sendo utilizada nas políticas de tombamento de bens de natureza material, as quais destacam que devem ser preservados os monumentos por suas características de capital simbólico vinculado à identidade. Portanto, as políticas de tombamento devem considerar o significado simbólico e a representação dos bens e não os seus valores estéticos e de antiguidade (BOURDIEU, 2007).

Acompanhando a orientação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco¹, sobre a qualificação das Paisagens Culturais, o Iphan também criou um instrumento para promover a preservação ampla e territorial de porções singulares do Brasil, sendo a chancela o mais novo instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Conforme a Portaria IPHAN nº 127/2009, que regulamenta essa chancela, em seu parágrafo 1º, a *"Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores"*.

Nessa perspectiva, o conceito de patrimônio cultural passou a incluir o conhecimento, as técnicas, o saber fazer, os elementos da natureza e os objetos obtidos. Segundo Leite (2008), a concepção de patrimônio avançou para o conjunto dos bens culturais referentes às identidades coletivas, ou seja, passou-se a valorizar os processos, a produção, as práticas, as representações e as expressões. Essa nova concepção compreende o patrimônio como algo da prática diária e sua interação com a natureza e a história, *'gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana'* (LEITE, 2008, p.164). Assim, o patrimônio passou a ser visto como categoria, não apenas para simbolizar, representar ou comunicar, mas também para agir. Para Santos (2001), *"o patrimônio foi deixando de ser simplesmente herdado para ser estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado"*.

¹ Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões (UNESCO, 2005).

21 A FESTA DO DIVINO

O primeiro registro sobre a Festa do Divino em Piracicaba na Rua do Porto, data do ano de 1881, em anúncio do periódico 'O Piracicaba' sobre o evento:

Encontro no Rio - O abaixo assignado, encarregado de promover os festejos do - encontro das bandeiras - que se realiza todos os anos, e querendo abrilhantar mais esta tradicional e popular festa. Pede encarecidamente aos moradores da Rua Direita e da Praia o favor de enfeitarem as suas frentes e assim os arcos do costume; previne que o encontro terá lugar no dia 7 do corrente as 4 horas da tarde, realizando-se em frente ao sobradinho. Desde já antecipa-se agradecido ao pedido que fez aos seus concidadãos. Piracicaba, 2 de junho de 1881. Honório José Libório (O PIRACICABA, 1881 apud MACHADO, 2009).

Já registrada como Patrimônio Imaterial, a Festa do Divino Espírito Santo tem influência portuguesa e está associada aos festejos realizados em épocas de colheita que tinham como objetivo arrecadar e distribuir donativos para períodos de falta de alimento. Portanto, eram festas fundadas na reciprocidade e na solidariedade, baseadas em relações de irmandades. Estas relações de irmandades constituem na organização por meio de redes de parentesco e vizinhança (Ipplap, 2013).

Maynard de Araújo (1955) acredita que no Brasil, se aclimatou a Festa do Divino oriunda mesmo da arqueocivilização. O Brasil, nos fins do Século XVIII, era colônia, mas já existia nas nascentes vilas e freguesias um Império - 'o do Divino', erigido por ocasião das festas que lembravam a descida do Espírito Santo - o Paráclito.

As nossas cidades nasceram ao redor da igreja. À paróquia pertencia a coroa de prata, anualmente sorteada para coroar o Imperador do Divino, isto é, o festeiro, pessoa que tomava o encargo da realização da festa. Festa de consumo, sempre após as colheitas (MAYNARD DE ARAÚJO, 1955).

Em São Paulo, desde o período da Capitania, o culto ao Divino Espírito Santo tem sido alimentado entre os cristãos pelo exemplo das gerações mais velhas, mesmo nos lugares mais distantes e desprovidos de assistência pastoral, com variações locais e regionais, intimamente relacionado aos ciclos da economia Agrária.

Outros eventos importantes como Corpus Christi e as festas juninas, também ocorriam por ocasião da grande pausa, entre o término das principais colheitas e o segundo semestre, quando o homem produtor retomava as tarefas da pecuária, do preparo da terra e da sementeira. Todos guardavam relação sócio - econômico - cultural implícita ao calendário religioso, particularmente com a Semana Santa (PERECIN, 2006).



Figura 1 - Festa do Divino no início do século XX.

Fonte: Arquivo Centro Cultural 'MarthaWatts'.

As Festas do Divino Espírito Santo ocorrem em várias cidades do interior paulista e na região de Piracicaba, são encontradas nas seguintes cidades: Anhembi, Laranjal Paulista, Itanhaém, Jacareí, Mogi das Cruzes, Taubaté e Itu, entre outras. São Festas que não possuem ligações diretas, mas que possuem características comuns obedecendo às particularidades locais, demonstrando a religiosidade profunda que é sustentada na região que permeia a sociabilidade local.

Em Piracicaba, a Festa do Divino é uma das maiores manifestações do patrimônio imaterial da cidade, realizada atualmente na primeira quinzena de julho, tendo duração de uma semana. Durante a realização das solenidades do Divino Espírito Santo é promovido um grande número de eventos religiosos, festivos e econômicos, como por exemplo: celebrações de derrubada e benção de barcos, celebrações das bandeiras, benção das casas, tríduo solene, procissões, jantares, leilões, salva de morteiros, festanças folclóricas (congada, cana verde, dança dos tangarás, cateretê), entre outras manifestações individuais e coletivas. Segundo Gilberto Velho (2006), a atividade religiosa, como organização social do espaço e dos lugares, é fundamental para a construção e a dinâmica das identidades coletivas se manifestando por meio dos rituais e crenças.

A Festa desempenha papel central na formação da identidade cultural local e foi registrada como patrimônio imaterial municipal em 2016, pois envolve um sistema de produção e circulação de bens e dádivas baseados na reciprocidade que interferem em todas as dimensões da vida social local. Além disso, proporciona um forte e constante diálogo entre o passado e o presente reunindo diferentes setores do catolicismo oficial e popular, o que demonstra seu caráter totalizante. Esta manifestação cultural atinge um universo mais amplo, possibilitando ao expectador despertar as forças culturais como extensões morais e

simbólicas (MAUSS, 1974). Além disso, com a festa, se reproduzem estruturas sociais e se interagem identidades coletivas e individuais. Apesar das modificações sofridas no decorrer dos anos, a estrutura e os principais mecanismos sociais da Festa se mantêm, assim como o constante diálogo entre a Igreja, a Comunidade e o Poder Público.



Figura 2 - Festa do Divino no final do século XX.

Fonte: Acervo Semactur.

Machado (2009) informa que oficialmente foi adotado o ano de 1826 como sendo a data da primeira festa do Divino, em virtude da presença do primeiro Encontro das Bandeiras promovido por Viegas Muniz, que passou a ser realizado no rio Piracicaba com o intuito simbólico de pedir a cura das doenças que afligiam os moradores ribeirinhos. Entretanto, a autora considera, pelos registros encontrados, que a festa, mesmo que não acontecesse no formato atual ou naquele de 1826, já ocorria como manifestação cultural e religiosa, pelo menos, desde 1816.

Segundo Carradore (1997) uma das práticas mais tradicionais da Festa do Divino, o Encontro das Bandeiras, foi criado na região do Médio - Tietê, como costume para pedir a cura de doenças, para casos de malária, mal de Chagas, entre outras moléstias com grande incidência nessa época, na região. As curas eram agradecidas com viagens de canoas que percorriam as casas de toda a extensão do Médio - Tietê, levando orações. Os navegantes eram retribuídos pelos donos das casas com alimentos. A Igreja Católica se apropriou dessa tradição e passou a incluir novos elementos. No entanto, a tradição popular e a mobilização da comunidade local nunca deixaram de ser protagonistas para a realização da Festa (CARRADORE, 1997).

3 | O LUGAR DA FESTA DO DIVINO

Desde as primeiras manifestações registradas que situam o culto ao Divino no início do século XIX é possível perceber sua evolução e as mais variadas mudanças em sua programação no decorrer do tempo. Entretanto, um aspecto fundamental da Festa que não se alterou é o lugar de sua realização: a Rua do Porto e o Rio Piracicaba. A paisagem cultural ali apresentada, apesar de todas as transformações ocorridas no conjunto edificado em mais de 190 anos ainda consegue manter-se perfeitamente como cenário e palco próprio para as festividades.



Figura 3 - Festa do Divino em 2011.

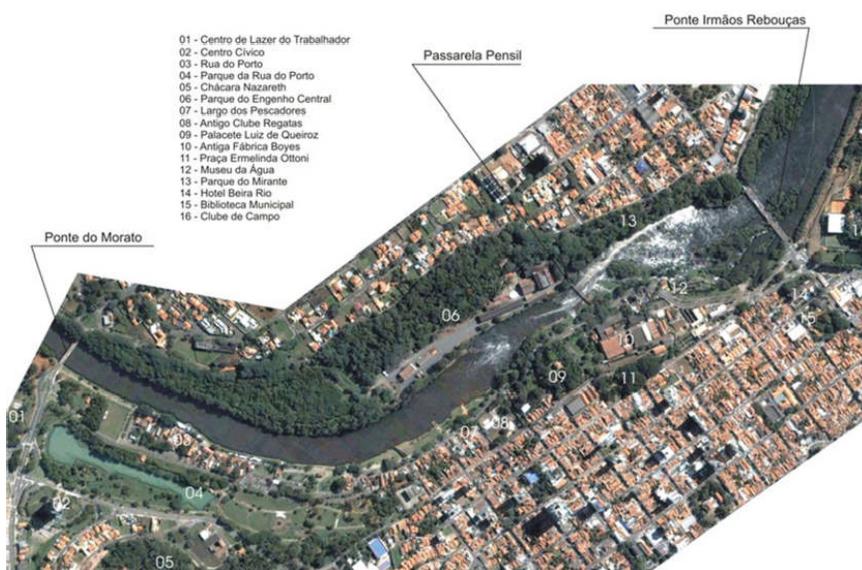
Fonte: Ipplap, 2013. Crédito: Ivan Moretti.

O palco fica estabelecido em terra, na área da Rua do Porto, Av. Beira Rio, Largo dos Pescadores e edificações da Irmandade; em água, dentro do Rio Piracicaba onde tem lugar o principal acontecimento da festa - o Encontro das Bandeiras. Enquanto que o cenário natural, que embeleza os rituais está definido no Parque do Engenho Central, especialmente em sua mata remanescente. Mais que um recinto, a área onde se realiza a Festa do Divino apresenta uma configuração de Lugar, sendo portador de referência à identidade da Festa do Divino, e também à ação e à memória de seus diferentes grupos participantes, intérpretes ou espectadores.



Mapa 1 - Percurso da procissão e saída dos barcos na Rua do Porto.

Fonte: Ipplap, 2013.



Mapa 2 - Proximidades da Rua do Porto com os principais edifícios destacados.

Fonte: Ipplap, 2013.

A Rua do Porto fica localizada na margem esquerda do rio Piracicaba e a três quarteirões do centro comercial da cidade. No passado, era chamada de “rua da praia” ou de “vilarejo dos pescadores”:

era a rua dos pescadores, rua de navegação fluvial, rua de barcos, rua de famílias e de pessoas marginalizadas. [...] havia um ou dois bares, a rua ainda não era asfaltada, nem tinham quiosques, era o lugar onde as pessoas se conheciam, se reuniam para pescar no período da manhã e tiravam a tarde para o lazer a beira-rio, o pessoal sentava-se a beira-rio, ou dentro dos barcos para aproveitar a boemia local e contar histórias lendárias sobre o rio (RUA

Segundo Elias Netto (2016), o primeiro registro escrito da toponímia 'Rua do Porto' data de abril de 1863, tendo sido encontrado em uma publicação do Diário Oficial que se configurava como uma autorização de pagamento referente ao plantio de árvores em torno do pátio da Matriz.

Na região da Rua do Porto, a margem direita do rio Piracicaba foi ocupada pelo antigo Engenho Central instalado em 1881, e na esquerda, por uma fábrica de fiação e tecelagem, antiga Fábrica de Tecidos Arethusina-Boyes, inaugurada em 1874, além de olarias que extraíam argila do rio para a produção de tijolos e telhas, construções que datam do início do século XX. Esse tipo de utilização das margens do rio Piracicaba deu-se, basicamente, pela facilidade na utilização das águas do rio para a produção industrial. A água, em sua função química, pode atuar no processamento da atividade industrial, e, quando suplementar, pode servir como elemento de arrefecimento de calor, além de atuar na produção de energia e, pela facilidade de locomoção, na evacuação da produção e escoamento de resíduos a partir do rio Piracicaba.

Assim, paulatinamente, as margens do rio Piracicaba foram ocupadas por atividades industriais e, desde 1950, já estavam ali instaladas: 18 usinas de açúcar, 76 engenhos, 25 fábricas de papel de celulose, 14 curtumes, 33 indústrias químicas e farmacêuticas, 43 têxteis, 74 alimentícias, 14 metalúrgicas e 27 tipos de outras tantas (CARRADORE; BUZZETTO, apud DAWSEY, 2012, p. 198). Ainda, ao caminhar pela região da Rua do Porto, é possível observar, de um lado e do outro do rio, edifícios e ruínas remanescentes das antigas indústrias, configurando a paisagem cultural.

Ribeiro (2007) afirma que *“a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade”* (RIBEIRO, 2007). Assim, é possível compreender que a paisagem cultural da área da Rua do Porto teve sua formação constituída pela ação antrópica na natureza por razões econômicas, na instalação de fábricas; e também sociais, onde um bairro residencial se configurou à beira rio. Nos dois casos, a presença da água foi fator determinante como força motriz e meio de sobrevivência. Entretanto, ao longo do século XX e até a atualidade, as edificações que caracterizaram a paisagem cultural da Rua do Porto perderam gradativamente suas funções originais, dando início a um processo razoavelmente sutil de desconstrução da paisagem cultural ali estabelecida.

Em 1965, uma grande área de várzea (aproximadamente 105 hectares) localizada na margem esquerda do rio Piracicaba seria destinada à construção de lotes residenciais. No entanto, em 1970, uma das maiores enchentes já registradas tomou conta dessa área, fazendo com que a Prefeitura de Piracicaba iniciasse seu processo de desapropriação. A enchente permitiu ao poder público constatar que, pela situação de várzea da região, a urbanização com a construção de lotes residenciais era incompatível. No entanto,

constatou-se que as condições conferiam-lhe um potencial para o lazer e o turismo, como já era observado em outros pontos ao longo do rio Piracicaba. Foi então elaborada uma proposta de desapropriação para implantação de um parque público para a população local e regional (OTERO; BOLOGNA; SOUZA, 2012, p. 72).

O projeto original previa a implantação de um grande parque público na área, que ofereceria teleférico, ‘tremzinho’, lanchonetes, sanitários, equipamentos esportivos, nos moldes do existente no aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, um parque florestal com viveiro de plantas, centro cultural, comercial, discotecas, restaurantes e um cartódromo. Este projeto recebeu diversas críticas da população, o que fez com que nunca se concretizasse. Todavia, outro projeto foi implantado em 1978, fruto de um estudo que *“procurou identificar as demandas da população”*, e deu origem à ‘área de lazer do trabalhador’ e ao ‘parque da ‘Rua do Porto’. A partir do projeto de 1970, esses dois parques foram passando por muitas intervenções com o intuito de atender às expectativas contemporâneas dos diferentes públicos que frequentavam esse espaço (GOBETH et al., 1977, apud OTERO; BOLOGNA; SOUZA, 2012, p. 6). Na mesma década, a Rua do Porto, contígua ao parque passou por obras urbanísticas e recebeu pavimentação; até que em 1980 foi transformada em calçadão.

Com o passar dos anos, ao crescimento urbano de Piracicaba somou-se à baixa qualidade das águas do rio que, em 1980, atingiram alto grau de poluição:

O cenário, especialmente no último quarto do século XX, era desolador: à degradação de suas águas e privatização de suas margens somava-se um progressivo afastamento do berço de nascimento da cidade de Piracicaba, decorrente de uma política de ocupação urbana (OTERO; BOLOGNA; ALMEIDA, 2012, p. 23).

Em 1982, o Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba - Codepac iniciou o processo de tombamento do conjunto ribeirinho da Rua do Porto, o qual somente foi finalizado em 2000, com ampliação da área tombada em 2004. Neste período, no final do ano de 1988, foi inaugurada a nova sede da Prefeitura nas imediações da Rua do Porto, de frente para o parque da Rua do Porto. O antigo Engenho Central que havia sido desativado em 1974, após anos de relativo abandono, também foi tombado em 1989 pelo Codepac, e desapropriado pela Prefeitura do município para uso público.

Além da política de tombamento de imóveis, a rua passou por intervenções para a requalificação urbana, feitas pelo poder público. O Projeto Beira-rio, desenvolvido em diferentes etapas, foi a principal ação da Prefeitura de Piracicaba para a requalificação da Rua do Porto.

No ano 2000, foi elaborada uma Agenda 21 local, que incluiu em suas metas a elaboração de um plano de requalificação da orla do rio Piracicaba. A ideia do Projeto Beira-Rio partiu da constatação que o rio e a cidade formam um sistema biocultural uno e generalizado, no qual o desenvolvimento da cidade passa pelo desenvolvimento de sua

relação com o rio. O planejamento desta relação é fundamental para a construção de uma cidade sustentável, calcada na indissociabilidade entre evolução econômica, preservação dos recursos e inserção social (IPPLAP, s/d).

Segundo Duncan (1990):

(...) as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextrinsecamente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade (DUNCAN, 1990 in: RIBEIRO, 2007).

Passados quase dois séculos da realização da primeira Festa do Divino em Piracicaba, é perceptível que o lugar da festa e sua realização são indissociáveis.

4 | CONCLUSÃO

A Festa do Divino Espírito de Piracicaba é realizada em uma cidade de médio porte, diferentemente de outras festas populares encontradas no Estado de São Paulo, que na sua maioria, são realizadas em cidades de menor número populacional. Identifica-se a Festa como patrimônio cultural imaterial, pois por meio dela a população local recorre a certezas do passado em oposição às velhas esperanças utópicas do futuro, mantendo na tradição popular suas características de sociedade preservada. Em uma cidade em plena expansão populacional, urbana e econômica, a Festa do Divino Espírito Santo situa a população em um espaço e tempo bem delimitado recorrendo a certezas do passado em um processo de contradição das relações sociais atuais que fragmenta e nega o tempo futuro.

Ao mesmo tempo em que Piracicaba atrai empresas multinacionais expandindo-se economicamente e se tornando uma cidade global, são preservados por meio da Festa, tradições e costumes locais, muito caros à população, pois carrega em sua materialidade: sentidos, valores e simbolismos construídos por meio dos caminhos que ela percorre dentro da vida em sociedade.

A festa se constitui de 'alma', pois (re) situa o sujeito no mundo vivido pela memória. Além disso, fortalece os vínculos entre as pessoas e o lugar. Por meio dela que se materializam concepções culturais, podendo assim compreender elementos da cultura local como referências e consequências da construção cultural. Como forma popular de expressão, atua com papel essencial para a sociabilidade das camadas populares e entre outros segmentos sociais. Portanto, como patrimônio imaterial, a Festa atua na recuperação da memória do piracicabano fortalecendo os vínculos sociais e o sentimento de pertencimento, construindo espaços de socialização e de (re)construção da identidade inseridas naquela paisagem cultural.

Desta forma, apesar das mudanças sucessivas ocorridas na paisagem cultural da Rua do Porto, este cenário ainda se constitui fundamental e intrínseco à realização da Festa

do Divino, pelo seu caráter indissociável, o qual une o patrimônio imaterial à paisagem cultural ali estabelecida, mesmo que mutável.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina & CHAGAS, Mário S. (orgs). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A e Editora Lamparina, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

CABRAL, Clara M. F. B. *Patrimônio cultural imaterial: proposta de uma metodologia de inventariação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2006.

CARRADORE, Hugo P. *Retrato das Tradições Piracicabanas: História e Folclore*. Piracicaba: IHGP, 2010.

DAWSEY, John C. Bonecos da Rua do Porto: performance, mimesis e memória involuntária. In: *Revista Ilha de Antropologia, Florianópolis*, v. 13, n. 1, p. 185-219, 2012.

DUNCAN, James. *The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ELIAS NETTO, Cecílio. *Piracicaba: um rio que passou em nossa vida*. Piracicaba: Icen, 2016.

ELIAS NETTO, Cecílio. *Rua do Porto, 1986*. In: A Província. Paixão por Piracicaba. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.aprovincia.com.br/memorial-piracicaba/photos/rua-do-porto-1986>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

GOBETH, Dulcineia; GOBETH FILHO, Luiz; SIMONI, Luiz Egidio. *O Parque do Piracicaba*. Piracicaba: Piracicaba, 1977.

GOMES, A. C. R. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: recriando as folias de Reis. In: *Anais do I Simpósio de Pós-graduação do Estado de São Paulo*. Rio Claro, 2008 p. 1281-1294.

IPHAN. *Decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Brasília, 4 de agosto de 2000.

IPHAN. *Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009*. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília, 30 de abril de 2009.

IPPLAP. *A Festa do Divino Espírito Santo de Piracicaba*. Piracicaba: Ipplap, 2013.

IPPLAP. *Projeto Beira Rio: plano de ação estruturador*. Piracicaba: SMSDMA/SMP, [s.d.a]. Disponível em: <http://www.ipplap.com.br/docs/br_pae_parte1de3.pdf>. Acesso em: 18 set. 2013.

LEITE, Edson. *Turismo Cultural e Patrimônio Imaterial no Brasil*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - USP, 2008.

MACHADO, Iara. *Festa do Divino em Piracicaba: uma proposta de Curadoria*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: USP, 2009.

MAYNARD DE ARAÚJO, Alceu. A festa do Divino em Piracicaba. In: KRÄHENBÜHL, Hélio. M. *Almanaque de Piracicaba*. Piracicaba: João Fonseca, 1955.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

OTERO, Estevam; BOLOGNA, Sabrina; ALMEIDA, Arlet. Parque da Rua do Porto e Área de lazer do Trabalhador: gênese da reaproximação com o rio. In: *Piracicaba, o rio e a cidade: ações de reaproximação*. Piracicaba: Ipplap, 2014.

PERECIN, Marly T. G. A devoção festiva e a aculturação. In: *Jornal de Piracicaba* (Periódico). Piracicaba: 09/07/2006.

PERECIN, Marly T. G. A devoção festiva quanto às origens. In: *Jornal de Piracicaba* (Periódico). Piracicaba: 08/07/2006.

PERECIN, Marly T. G. Festa do Divino. In: *Jornal de Piracicaba* (Periódico). Piracicaba: 07/07/2006.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Pesquisa e Documentação do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RUA DO PORTO. *O Espírito do Lugar*. [s.d.]. Disponível em: <<http://oespiritodolugar.blogspot.com.br/p/rua-do-porto.html>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SANTOS, Cecília R. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. In: *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 15. Nº 2. São Paulo, 2001.

UNESCO. *Textos base. Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Paris: Seção do Patrimônio Cultural Imaterial. Setor de Cultura. Unesco, 2014.

UNESCO. Orientações para inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial. In: *ORIENTAÇÕES para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, anexo III*. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/>>. Acesso em: 17 maio 2005.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: *Maná* [online]. 2006, vol.12, n.1, pp.237-248. ISSN 0104-9313.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 10, 1, 3, 8, 9, 17, 18, 20, 21, 22, 43, 44, 53, 55, 56, 64, 118

B

Barreiras Ambientais 42

C

Câmara dos Deputados 9, 12, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

Cartas Patrimoniais 11, 115, 126, 157

Conservação 11, 58, 59, 60, 62, 67, 69, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 141, 143, 154, 155, 156, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 176, 177

D

Desenho Urbano 74, 82, 83, 93, 105, 107, 109

Documentação 18, 58, 59, 62, 63, 125, 126, 127, 129, 153, 167

E

Espaço Público 44, 72, 82, 83, 85, 89, 91, 92, 93, 111, 112

Extensão Universitária 82, 85, 93

F

Fragilidade Socioespacial 9, 10, 1

G

Gerenciamento de Riscos 166, 168, 169, 171, 172, 176

H

Humanización 25

I

Impacto Ambiental 9, 8, 25

Inclusão 4, 19, 42, 85, 116, 130

Intervenções urbanísticas 154

P

Paisagem Cultural 11, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 165

Participação popular 82, 85, 93

Patrimônio 9, 11, 2, 5, 8, 58, 64, 70, 105, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177,

178

Patrimônio Cultural 58, 64, 70, 115, 116, 119, 121, 122, 126, 130, 131, 141, 143, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 167, 168, 169, 171, 172, 177, 178

Patrimônio Histórico 105, 117, 126, 132, 133, 135, 141, 158, 165, 167, 168, 169, 170, 171

Patrimônio Imaterial 9, 11, 117, 133, 142, 144, 145, 151, 152, 158

Patrimônio Industrial 9, 11, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130

Performance Urbana 105

Periferia Metropolitana 1, 93

Políticas públicas 93, 140, 154, 155, 164

Preservação 8, 18, 70, 80, 115, 116, 118, 119, 121, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 139, 140, 143, 151, 154, 156, 157, 163, 166, 168, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Princípio Responsabilidade 94, 104

Progresso 94, 95, 96, 97, 103, 118

R

Rehabilitación- Salud 25

Relações Porto-Cidade 11, 94, 98

Restauração 11, 60, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 129, 130, 131

Revitalização Urbana 105

Rota acessível 42

S

Setor Hospitalar Local Sul 10, 72, 73, 80

Sítio histórico 154, 155, 164

Sustentabilidad 25, 27

T

Tecnologias Alternativas Em Arquitetura 1

Turismo Cultural 105, 152

V

Vila Economizadora 11, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Vilas Operárias 65, 132, 137

W

Workshops Colaborativos 82, 92

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade
